

Governo aumentará

BRAZILIENSE

Brasília, sexta-feira, 15 de setembro de 1989 9

tarifas para investir

Os consumidores de energia elétrica, combustíveis, aço e serviços de comunicações serão afetados por aumentos acima da inflação nos preços desses serviços e produtos públicos, para permitir que as empresas estatais invistam, no próximo ano pelo menos NCz\$ 15,04 bilhões, a preços de maio (3,2 por cento do Produto Interno Bruto). Segundo o secretário de Controle das Empresas Estatais, Iram Siqueira Lima, até dezembro próximo o Governo elevará em 20 por cento os preços dos derivados de petróleo e as tarifas de transportes, em 10 por cento as dos serviços de telecomunicações em 14 por cento os preços dos produtos siderúrgicos.

Essa correção das defasagens, segundo o secretário, será o principal responsável pela geração dos recursos próprios destinados a cobrir 80 por cento dos investimentos, o que dará aproximadamente NCz\$ 12 bilhões. As medidas adicionais serão a venda de imóveis e equipamentos não utilizados na produção das empresas, venda de participação minoritária em outras empresas e emissão de ações e debêntures. O Tesouro Nacional praticamente não destinará recursos a investimentos das estatais. Segundo Iram Siqueira Lima, os repasses, previstos não superiores a NCz\$ 1,7 bilhão, serão destinados apenas para custeio de empresas não rentáveis.

ORÇAMENTO

Ao participar ontem de debate com o Grupo Parlamentar de Engenharia, na Câmara dos Deputados, Iram Siqueira Lima disse que o or-

çamento das empresas estatais, que será enviado até o próximo dia 30 ao Congresso Nacional, deverá prever investimentos de 2,7 por cento do PIB para 1990, o mesmo nível do atual exercício. A rigor, segundo ele, haverá NCz\$ 4,8 bilhões a menos para investimentos, considerando que a nova Lei de Diretrizes Orçamentárias impede que se financie o serviço da dívida pública com a emissão de títulos. "A situação é crítica. Por isso, vamos cortar tudo o que pode ser cortado, a começar pelos investimentos", ressaltou.

Siqueira Lima adiantou que a principal fonte alternativa de recursos, além dos próprios das empresas, será o da abertura do capital das estatais, com o lançamento de ações em bolsa. Este procedimento tem dado certo em algumas empresas como a Embraer e a Eletrobrás e deverá ser estimulado em outras estatais produtivas.

Ele informou também que nenhuma das estatais precisa pedir autorização à Sest para fazer importações ou aumentar o seu capital. As empresas poderão também alocar empréstimos no exterior e fomentar a política de recuperação dos preços para terminar o ano com balanço favorável acima da inflação.

O governo, ressaltou Siqueira Lima, vai aumentar os investimentos na Eletrobrás, de 0,7 por cento do PIB em 1989 para 0,8 por cento em 1990; na Petrobrás, de 0,69 por cento para 0,80 por cento; na Vale do Rio Doce, de 0,12 por cento para 0,20 por cento; e na Siderbrás de 0,16 por cento para 0,18 por cento.

Déficit vai a NCz\$ 4 bilhões

O caixa do Tesouro Nacional apresentou um déficit de NCz\$ 4,5 bilhões no mês de agosto, se considerados os encargos da dívida mobiliária federal e o refinanciamento da dívida externa com aval da União. Com este resultado, o déficit acumulado nos oito primeiros meses do ano atinge NCz\$ 15,8 bilhões em valor nominal ou NCz\$ 18,5 bilhões em valor real.

Excluindo-se os encargos da dívida pública e o refinanciamento da dívida externa com aval da União, o caixa do Tesouro apresentou uma disponibilidade de NCz\$ 1,4 bilhão, elevando o crescimento acumulado no ano para NCz\$ 5,8 bilhões.

Os encargos da dívida pública atingiram NCz\$ 13,2 bilhões em agosto, enquanto que o refinanciamento da dívida externa com aval da União (aviso MF) foi de NCz\$ 3,3 bilhões. Para financiamento dessas necessidades foram colocados NCz\$ 16 bilhões em títulos públicos.

Quanto à determinação legal de o Tesouro só gastar aquilo que efetivamente arrecadar, as despesas (excetuadas encargos e MF) ficaram NCz\$ 521 milhões abaixo do montante de receitas recebidas nos oito primeiros meses do ano.

Comparando-se os resultados obtidos de janeiro a agosto com igual período do ano passado, a receita disponível bruta totalizou NCz\$ 28,8 bilhões no exercício, apresen-

tando uma queda real de 7,7 por cento. Da mesma forma, a receita, disponível líquida situou-se em NCz\$ 23,1 bilhões, o que representa uma queda real de 12,7 por cento em relação ao exercício anterior.

Do lado das despesas cabe ressaltar que as liberações relativas a receitas vinculadas totalizaram NCz\$ 10,7 bilhões, com crescimento real de 8 por cento em relação aos oito primeiros meses do ano passado. Esse crescimento foi impulsionado pelas transferências constitucionais que tiveram crescimento real de 17,1 por cento em relação a 1988.

Quanto às liberações ordinárias, atingiram NCz\$ 17 bilhões no exercício, com queda real de 32 por cento em relação ao ano passado. O principal componente deste item são as liberações para pagamento de pessoal e encargos sociais que atingiram NCz\$ 2,3 bilhões no mês e NCz\$ 10,9 bilhões no exercício, apontando uma queda real de 8,5 por cento em relação a 1988. A relação entre pagamento de pessoal e receita disponível líquida atingiu 48,7 por cento no mês de agosto e 47,2 por cento no ano (resultado obtido da comparação de sete folhas de pagamento com oito meses de receita).

No que se refere ao Orçamento de Crédito, destacaram-se NCz\$ 1,2 bilhão de Empréstimos do Governo Federal (EGF).

Dívida atinge NCz\$ 314 bi

O estoque total da dívida pública mobiliária federal (dívida em poder do público mais a carteira do Banco Central), em 31 de agosto, atingiu NCz\$ 314,1 bilhões, registrando queda real de 12,5 por cento em comparação ao estoque de agosto do ano passado. A informação foi divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e faz parte da execução financeira do Orçamento Geral da União relativa ao mês passado.

A variação real do estoque total da dívida, nos primeiros oito meses do ano, foi negativa, de 6,5 por cento, enquanto nos oito primeiros meses do ano passado tal variação tinha sido positiva em 22,7 por cento. Segundo o coordenador da dívida pública, Roberto Figueiredo, a estimativa da STN é de que, mantidas as atuais taxas de juros reais positivos, a queda real do estoque da dívida poderá ser de dois por cento até o final do ano.

Como consequência da política de só gastar aquilo que efetivamente arrecada, e de só colocar

títulos públicos federais para o pagamento do serviço da dívida mobiliária vencida e da dívida externa com aval do Tesouro Nacional, a relação emissão líquida de títulos e encargos da dívida pública foi de 1,2 vez, para o período de janeiro a agosto. Essa mesma relação, em igual período do ano passado, foi de 4 vezes.

Outro dado revelado é que a emissão líquida de títulos de janeiro a agosto foi 44,5 por cento menor que a ocorrida no mesmo período do ano passado. Isto, na visão dos técnicos da STN, indica que o Tesouro Nacional tem pressionado pouco o mercado financeiro na demanda por dívida nova, uma vez que os déficits de caixa deste ano devem-se apenas aos encargos financeiros. "Este fato não ocorreu em nenhum ano do passado recente da economia, quando grande quantidade de títulos públicos era vendida ao mercado para financiar déficits de caixa bem superiores aos encargos da dívida", diz a nota divulgada pelo Ministério da Fazenda.

Bancos já admitem sacrifício

São Paulo — Os banqueiros não têm mais nenhuma dúvida de que serão chamados a conversar com o próximo Governo sobre a questão da dívida interna, que atinge quase NCz\$ 150 bilhões, financiados diariamente no **overnight** a taxas de juros reais elevados. No início desta semana, três grandes banqueiros se reuniram e admitiram a possibilidade de ter que enfrentar uma mudança brusca na administração da dívida pública no próximo ano. "Chegamos à conclusão de que não podemos fazer muita coisa. Não temos como reduzir a compra de títulos públicos, porque não podemos dizer a nossos clientes que estamos sem papel para fazer sua aplicação de **over**", diz um grande banqueiro.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Leo Cochrane Junior, engrossa a fila dos que acreditam que os banqueiros serão chamados a dar sua contribuição à política econômica do próximo Governo. Mas afirma que não serão os bancos que perderão, mas sim os aplicadores, que estão com o dinheiro lastreado em títulos do

que pagam aos clientes. Por isso, se houver redução na taxa nominal — um confisco — quem perderá é quem aplica", explica ele.

Leo Cochrane diz que, caso esse confisco de parte do rendimento seja efetivado, o que os bancos realmente perderão será parte da rentabilidade garantida pelo **floating** (aplicação dos recursos não remunerados, que ficam com os bancos), mas ele diz que essa parcela é cada vez menor. "Ganhamos, por exemplo, com a aplicação do Fundo de Garantia, mas essa situação não tem como ser mantida mesmo", acredita ele.

O presidente da Febraban informa que esse assunto é uma constante entre os banqueiros, que estão com medo do que possa acontecer. Mas ele não tem dúvida de que todos os segmentos da sociedade terão que dar sua contribuição ao próximo Governo, a fim de combater a inflação e melhorar os gastos do Governo.

Ele vai além da idéia do **calote** e acha que muitas medidas poderão ser tomadas na administração da dívida pública. "Mas é pre-